



**DISPENSA DE VALOR Nº 0027/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0245/2026
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021**

O Fundo Municipal de Educação - FME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 29.262.377/0001-09, através do Departamento de Licitações e Contratos, neste ato representado pelo Agente de Contratação, a Sr^a. Teodora Francisca Lopes dos Santos, em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

| | |
|--|--|
| DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: | DIA 08/05/2026, ÀS 17:00 HORAS |
| REFERÊNCIAS DE HORÁRIO: | HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: | licitacao@iaciara.go.gov.br |
| LINK DO EDITAL: | www.iaciara.go.gov.br |
| JULGAMENTO: | PROPOSTA GLOBAL |

1.0 – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto desta Dispensa o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PAPELARIA, ESCRITÓRIO E PEDAGÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IACIARA/GO.**

1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.0.1 - **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;**
- 1.0.2 - **ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA;**
- 1.0.3 - **ANEXO III - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR;**
- 1.0.4 - **ANEXO IV- MINUTA DO CONTRATO.**

2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Iaciara - GO / Secretaria de Educação, para exercício de 2026, na classificação abaixo:



| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | ELEMENTO | SUBELEMENTO | FONTE | FICHA |
|-------------------------|--------------|-------------|-------|-------|
| 09.27.12.361.0019.2127. | 3.3.90.30.00 | 16 | 1.01 | 0537 |
| 09.27.12.361.0019.2127. | 3.3.90.30.00 | 15 | 1.01 | 0537 |

3.0 – DO VALOR ESTIMADO:

3.1. CONSIDERANDO o disposto no Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, diante das fontes de pesquisa de mercado enumeradas, estima-se a contratação pretendida, o valor médio total aproximado de R\$ 60.925,61 (sessenta mil, novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e um centavos).

4.0 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. A presente **DISPENSA DE VALOR** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao **email - acima descrito**, preferencialmente fazendo referência a **DISPENSA DE VALOR Nº 0027/2026**.

4.2. As propostas também poderão ser entregues em meio físico, devendo, obrigatoriamente, ser protocoladas na recepção da Prefeitura Municipal, observando os seguintes critérios:

- As propostas devem ser apresentadas em envelopes devidamente lacrados.
- O conteúdo da proposta deve ser impresso e conter o carimbo e/ou CNPJ da empresa, além da descrição detalhada com valores dos itens ou serviços a serem prestados.
- As propostas serão aceitas apenas nos dias e horários especificados neste edital, propostas protocoladas após o prazo estabelecido serão automaticamente desclassificadas.
- O não atendimento a qualquer um dos requisitos mencionados no edital resultará na desclassificação imediata da proposta.

4.2.1. Habilitação Jurídica e Fiscal:

4.2.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **Cartão CNPJ**;

4.2.1.2. **Contrato Social** em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a



instituiu; Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - MEI;

4.2.1.3. Regularidade para com a Fazenda **Federal** - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativada União;

4.2.1.4. Certidão Regularidade junto à Secretaria de **Estado** da Fazenda Pública Estadual;

4.2.1.5. Certidão Negativa de Débito do **Município** Sede da Empresa (CND Municipal);

4.2.1.6. Certidão Negativa de Débitos junto ao **FGTS**;

4.2.1.7. Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas** (CNDT);

4.2.1.8. Cópia da Cédula de **Identidade** dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG ou habilitação);

4.2.1.9. Atestado de capacidade técnica firmado por pessoa jurídica referente ao objeto licitado;

4.2.1.10. Declaração que não emprega menor em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal. (anexo deste edital).

4.2.1.11. CNAE da empresa equivalente as exigências do certame.

4.2.2. Proposta de Preço/Cotação:

4.2.2.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

4.2.2.2. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.2.2.3. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valores estipulado pela Administração.

5.0 – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado pelo (a) contratante até o 10 (decimo) dia útil do mês subsequente, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente.

5.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação.

6.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá o Município revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. O Município deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.



6.3. A anulação do procedimento de dispensa por valor, não gera direito à indenização, ressalva dá o disposto no parágrafo único do art.71 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Iaciara - GO, 04 de maio de 2026.

João Rodrigues Barbosa Neto
Secretário Municipal de Educação



ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA

01 - OBJETO

1.1- O presente Termo de Referência tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PAPELARIA, ESCRITÓRIO E PEDAGÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IACIARA/GO.**

1.2- QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES/ESTIMATIVA DE PREÇOS

| Item | Produto/Descrição | Unidade | Quantidade | Valor unitário estimado | Valor total estimado |
|------|--|---------|------------|-------------------------|----------------------|
| 01 | APAGADOR PARA QUADRO BRANCO COM DEPÓSITO. | UND | 50 | R\$ 16,50 | R\$ 825,00 |
| 02 | APONTADOR METÁLICO, 1 FURO, SEM DEPÓSITO, 1X32 UNIDADES. | CX | 10 | R\$ 137,67 | R\$ 1.376,70 |
| 03 | BALÃO Nº 9 LISO LÁTEX 1X50 UNIDADES, CORES DIVERSAS. | PCT | 200 | R\$ 18,30 | R\$ 3.660,00 |
| 04 | BALÃO Nº 11 LISO LÁTEX 1X50 UNIDADES, CORES DIVERSAS. | PCT | 100 | R\$ 13,23 | R\$ 1.323,00 |
| 05 | BALÃO Nº 5 LISO LÁTEX 1X50 UNIDADES, CORES DIVERSAS. | PCT | 100 | R\$ 25,10 | R\$ 2.510,00 |
| 06 | BOLA DE ISOPOR 100 MM 1X10 UNIDADES. | PCT | 50 | R\$ 41,07 | R\$ 2.053,50 |
| 07 | BOLA DE ISOPOR 150 MM OCA 1X5 UNIDADES. | PCT | 30 | R\$ 31,63 | R\$ 948,90 |
| 08 | PASTA ARQUIVO MORTO OFÍCIO, PAPELÃO KRAFT. | UND | 50 | R\$ 5,80 | R\$ 290,00 |
| 09 | CLIPES GALVANIZADO 10/0 1X18 UNIDADES. | PCT | 50 | R\$ 6,55 | R\$ 327,50 |
| 10 | COLA DE ISOPOR 900 GRAMAS. | UND | 50 | R\$ 60,33 | R\$ 3.016,50 |
| 11 | COLA INSTANTÂNEA PARA ARTESANATO 20 GRAMAS. | UND | 20 | R\$ 10,13 | R\$ 202,60 |
| 12 | FITA DE CETIM Nº 9, 38 MM 1X10 METROS. | RL | 50 | R\$ 13,23 | R\$ 661,50 |
| 13 | LAPISEIRA 0,9 MM 1X12 UNIDADES. | CX | 10 | R\$ 49,33 | R\$ 493,30 |
| 14 | GRAFITE 0,9 MM 10X12 UNIDADES. | CX | 10 | R\$ 8,33 | R\$ 83,30 |
| 15 | LAPISEIRA 2,0 MM 1X12 UNIDADES. | CX | 5 | R\$ 28,57 | R\$ 142,85 |
| 16 | GRAFITE 2,0 MM 10X6 UNIDADES. | CX | 5 | R\$ 26,30 | R\$ 131,50 |
| 17 | PLACA DE ISOPOR 1,00 M X 0,50 M X 25 MM. | UND | 100 | R\$ 12,03 | R\$ 1.203,00 |
| 18 | TNT ESTAMPADO SORTIDOS 1X25 MT. | RL | 30 | R\$ 184,33 | R\$ 5.529,90 |
| 19 | TNT 80 GR CORES LISAS, SORTIDOS 1X50 MT. | RL | 30 | R\$ 202,93 | R\$ 6.087,90 |
| 20 | TECIDO DE ALGODÃO CHITÃO, SORTIDOS. | MT | 100 | R\$ 20,47 | R\$ 2.047,00 |
| 21 | TULE 1,20 MT LARG 100% POLIESTER, CORES DIVERSAS. | MT | 100 | R\$ 4,17 | R\$ 417,00 |



| | | | | | |
|----|--|-----|-----|------------|--------------|
| 22 | PALITO PARA CHURRASCO, BAMBU, 30 CM, 1X50 UNIDADES. | PCT | 100 | R\$ 5,57 | R\$ 557,00 |
| 23 | PLÁSTICO ADESIVO ESTAMPADO 0,45 CM X 10 MT, CORES SORTIDAS. | RL | 15 | R\$ 40,40 | R\$ 606,00 |
| 24 | PRANCHETA OFÍCIO MDF PRENDEDOR DE METAL. | UND | 50 | R\$ 8,50 | R\$ 425,00 |
| 25 | FURADOR DE EVA 16 MM ESTRELA/CORAÇÃO/FLORES. | UND | 50 | R\$ 17,97 | R\$ 898,50 |
| 26 | FURADOR DE EVA 38 MM ESTRELA/CORAÇÃO/FLORES. | UND | 50 | R\$ 44,30 | R\$ 2.215,00 |
| 27 | FURADOR DE EVA 50 MM ESTRELA/CORAÇÃO/FLORES. | UND | 50 | R\$ 60,63 | R\$ 3.031,50 |
| 28 | FURADOR DE EVA 76 MM ESTRELA/CORAÇÃO/FLORES. | UND | 30 | R\$ 87,97 | R\$ 2.639,10 |
| 29 | LÂMINA PARA PLASTIFICAÇÃO A4 0,05 MICRAS 1X100 UNIDADES. | PCT | 10 | R\$ 146,67 | R\$ 1.466,70 |
| 30 | CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA DUPLA DE ACRÍLICO. | UND | 10 | R\$ 79,97 | R\$ 799,70 |
| 31 | FANTASIAS INFANTIS DIVERSAS PARA APRESENTAÇÕES. | UND | 20 | R\$ 174,33 | R\$ 3.486,60 |
| 32 | FANTOCHES SORTIDOS 60 CM. | UND | 7 | R\$ 266,97 | R\$ 1.868,79 |
| 33 | GRAMPO TRILHO GALVANIZADO 1X50 PARES. | PCT | 11 | R\$ 34,27 | R\$ 376,97 |
| 34 | CARTOLINA DUPLA FACE ESTAMPADAS SORTIDAS 48 X 66 CM 1X20 UNIDADES. | PCT | 10 | R\$ 43,07 | R\$ 430,70 |
| 35 | PENDRIVE 64 GB. | UND | 10 | R\$ 70,33 | R\$ 703,30 |
| 36 | CARTÃO DE MEMÓRIA 64 GB. | UND | 10 | R\$ 70,67 | R\$ 706,70 |
| 37 | SACO PLÁSTICO CELOFANE 11 X 19,5 CM 1X50 UNIDADES, INCOLOR PARA LEMBRANCINHAS. | PCT | 50 | R\$ 7,27 | R\$ 363,50 |
| 38 | SACO PLÁSTICO CELOFANE 15 X 29 CM 1X50 UNIDADES, INCOLOR PARA LEMBRANCINHAS. | PCT | 50 | R\$ 13,27 | R\$ 663,50 |
| 39 | SACO PLÁSTICO CELOFANE 20 X 29 CM 1X50 UNIDADES, INCOLOR PARA LEMBRANCINHAS. | PCT | 20 | R\$ 17,60 | R\$ 352,00 |
| 40 | SACO PLÁSTICO CELOFANE 30 X 44 CM 1X50 UNIDADES, INCOLOR PARA LEMBRANCINHAS. | PCT | 30 | R\$ 35,93 | R\$ 1.077,90 |
| 41 | SACO PLÁSTICO CELOFANE 45 X 59 CM 1X25 UNIDADES, INCOLOR PARA LEMBRANCINHAS. | PCT | 30 | R\$ 44,37 | R\$ 1.331,10 |
| 42 | CESTA DE BAMBU P. | UND | 50 | R\$ 15,23 | R\$ 761,50 |
| 43 | CESTA DE BAMBU M. | UND | 61 | R\$ 21,60 | R\$ 1.317,60 |
| 44 | CESTA DE BAMBU G. | UND | 50 | R\$ 30,32 | R\$ 1.516,00 |

1.3- ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTOS

- Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, de boa qualidade, resistentes e adequados às finalidades a que se destinam, atendendo às normas técnicas aplicáveis, quando houver.



- Os materiais deverão ser entregues em embalagens adequadas, devidamente lacradas, contendo identificação do produto, quantidade, fabricante e demais informações necessárias.
- Os itens deverão possuir resistência compatível com o uso contínuo em ambiente escolar e administrativo, não sendo aceitos produtos frágeis, de fácil ruptura ou com baixa durabilidade.
- Os materiais pedagógicos deverão ser adequados ao uso escolar, seguros para manuseio pelos alunos, com cores vivas, boa fixação e desempenho satisfatório nas atividades educacionais.
- Os itens deverão ser seguros, atóxicos, quando aplicável, e adequados ao uso em ambiente escolar, especialmente aqueles destinados ao uso por crianças.
- Os produtos que possuem prazo de validade deverão ser entregues com, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total vigente no momento da entrega.
- Os materiais deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação prévia, nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação.
- Considerando a natureza dos materiais a serem adquiridos, compostos por itens de consumo, papelaria, escritório e materiais pedagógicos, os produtos deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.

02 - JUSTIFICATIVAS

2.1- A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades das unidades escolares da rede municipal de ensino e da Secretaria Municipal de Educação do Município de Iaciara/GO, garantindo o fornecimento contínuo de materiais de papelaria, escritório e pedagógicos essenciais ao desenvolvimento das atividades administrativas e educacionais.

2.2- Os materiais solicitados são indispensáveis para o pleno funcionamento das escolas, sendo utilizados no apoio às atividades pedagógicas em sala de aula, na realização de projetos educacionais, eventos escolares, bem como nas rotinas administrativas da Secretaria. A ausência desses itens compromete diretamente a qualidade do ensino ofertado, além de prejudicar a organização e execução das atividades diárias.

2.3- A aquisição também visa assegurar melhores condições de trabalho aos profissionais da educação e proporcionar aos alunos recursos adequados para o aprendizado, contribuindo para o desenvolvimento das atividades didáticas de forma eficiente e organizada. Dessa forma, a contratação se mostra necessária para garantir a continuidade dos serviços educacionais, promovendo o adequado atendimento às demandas da rede municipal de ensino.

2.4- As especificações técnicas definidas neste processo são necessárias para garantir a qualidade, padronização e adequação dos materiais às necessidades administrativas e pedagógicas da secretaria, assegurando o atendimento eficiente da finalidade pública, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5- Considerando a natureza dos itens que compõem o objeto da contratação, verifica-se que os materiais possuem finalidade comum e utilização conjunta, sendo essenciais ao desenvolvimento



das atividades pedagógicas, administrativas e educacionais no âmbito das escolas municipais e da Secretaria de Educação.

2.6- Nesse contexto, a adoção do critério de julgamento pelo menor valor global mostra-se a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, uma vez que os itens licitados apresentam relação de complementaridade, compondo um conjunto de materiais que, em regra, são utilizados simultaneamente no apoio às atividades de ensino, organização escolar e rotinas administrativas.

2.7- A contratação por lote ou valor global permite maior padronização no fornecimento dos materiais, melhor organização logística e maior eficiência na gestão contratual, evitando a fragmentação do objeto e a necessidade de múltiplos fornecedores para itens que possuem destinação comum.

03 - JUSTIFICATIVA DA NÃO ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

3.1- Nos termos do art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui documento integrante da fase de planejamento das contratações públicas, destinado a demonstrar o interesse público envolvido e a melhor solução para atendimento da necessidade administrativa.

3.2- Entretanto, no presente caso, verifica-se que o objeto da contratação consiste na aquisição de bem comum de baixa complexidade técnica, cujas características são amplamente conhecidas no mercado e podem ser objetivamente definidas por meio de especificações usuais.

3.3- Além disso, trata-se de contratação de pequeno valor, enquadrada na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, circunstância que permite a adoção de procedimentos mais simplificados, desde que devidamente justificados.

3.4- Diante dessas características, entende-se que a elaboração de Estudo Técnico Preliminar não se mostra necessária, uma vez que não há alternativas tecnológicas ou soluções distintas a serem avaliadas, sendo suficiente a elaboração do presente Termo de Referência, documento que descreve de forma clara o objeto, os requisitos da contratação, as condições de fornecimento e os parâmetros necessários à seleção do fornecedor.

3.5- Assim, a Administração opta pela simplificação do planejamento, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, assegurando a adequada instrução do processo de contratação.

04 - DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1- A contratação por dispensa de licitação está fundamentada nos pressupostos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras, conforme valores atualizados pelo Decreto Federal nº 12.807/2025, que prevê a necessidade de atualização dos valores constantes na nova lei, a cada 1º de janeiro, pelo



Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), nos termos do Art. 182. Lei nº 14.133/21.

05 - FORMA E PRAZO DE ENTREGA

5.1- Os serviços serão efetivados obedecendo às especificações descritas e outras informações de identificação, conforme o disposto neste termo de referência, sendo recusado item que estiver com alguma característica diferente.

5.2- O prazo para entrega dos materiais será de até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

5.3- O prazo de até 03 (três) dias úteis justifica-se em razão da natureza dos materiais, de pronta disponibilidade no mercado, não demandando fabricação ou processos complexos. Ademais, por se tratarem de itens de uso contínuo e essenciais às atividades administrativas e pedagógicas, bem como considerando a limitação de espaço físico para armazenamento em estoque por parte da contratante, exige-se fornecimento ágil para garantir a continuidade dos serviços e o adequado atendimento das demandas.

5.4- A entrega dos materiais deverá ser realizada nos locais indicados pela contratante, conforme sua necessidade, podendo ocorrer na sede da Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares da rede municipal ou em outros endereços previamente designados.

5.5- A entrega dos materiais será de inteira responsabilidade da contratada, incluindo todos os custos com transporte, carga, descarga e demais despesas necessárias ao fornecimento, sem qualquer ônus adicional para o Município.

5.6- Todo e qualquer ônus decorrente da efetivação do serviço do objeto licitado, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.7- Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, os materiais deverão ser substituídos em até no máximo 24 (vinte e quatro) horas, não considerados como prorrogação do prazo de execução. Esse processo de verificação de compatibilidade será também comparado com as especificações disponibilizadas pela licitante, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da dispensa de licitação definitivamente recebido e aceito.

5.8- O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade dos serviços, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, observando o prazo de garantia dos mesmos.

5.9- A contratante, a seu critério, irá solicitar o fornecimento parcelado dos produtos adjudicados, conforme a sua necessidade.

06 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



6.1- A Contratada deverá apresentar juntamente com a documentação de regularidade fiscal, atestado de capacidade técnica que já executou serviços na mesma natureza objeto da presente contratação.

07 - DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1- O pagamento será efetuado, conforme art. 141 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Órgão Responsável pela contratação e da competente liquidação de despesa, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:

I - Fornecimento de bens;

II - Locações;

III - Prestação de serviços;

IV - Realização de obras.

7.2- A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online aos sítios eletrônicos oficiais, conforme art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3- Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

7.4- Se o serviço não for prestado conforme especificações e quantidades totais estabelecidas na ordem de serviço, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

08 - DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO DE PREÇOS

8.1- Os preços serão fixos e irrevogáveis até a data final do contrato.

8.2- Os preços excepcionalmente poderão ainda ser revistos, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, conforme alínea "d" inciso II, art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

8.3- O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será realizado em até 15 (quinze) dias após apresentação do pedido devidamente justificado e munido dos documentos necessários a embasar o seu deferimento.

8.4- O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será realizado em até 15 (quinze) dias após apresentação do pedido devidamente justificado e munido dos documentos necessários a embasar o seu deferimento.



8.5- A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

09 - DO PRAZO CONTRATUAL

9.1- A Ata de Registro de Preços firmada em decorrência do presente procedimento licitatório, terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura que será logo após a homologação do certame, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período, conforme Lei 14.133/2021.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1- Promover através de seu responsável designado, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, evitando eventuais falhas ou irregularidades.

10.2- Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão prestados os serviços.

10.3- Efetuar os pagamentos devidos a CONTRATADA na forma e prazo ora estabelecidos.

10.4- Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais atinente à presente contratação.

10.5- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1- Realizar, em observância das disposições contidas no presente Termo de Referência, a aquisição ora contratada para atender as necessidades da Secretaria de Educação do município de Iaciara Goiás;

11.2- Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local da realização da entrega/execução dos serviços/produto;

11.3- Manter durante a execução do objeto deste termo de referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

11.4- Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;

11.5- A Ata de Registro de Preços será formalizada com os licitantes vencedores, devendo ser assinada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação formal pela Administração. O não cumprimento deste prazo poderá acarretar a decadência do direito ao registro de preços, sem prejuízo das sanções previstas, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

11.6- A critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas



expensas em até no máximo 24 (vinte e quatro) horas, o produto com avarias ou defeitos;

11.7- Fornecer os serviços em conformidade e condições estipuladas neste Termo de Referência;

11.8- Possibilitar a Administração Pública, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;

11.9- Responder pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste termo de referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento desta;

11.10- Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela administração;

11.11- Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da administração ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado;

11.12- A Administração não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

11.13- Obrigatoriamente os serviços e/ou produtos a serem ofertados deverão ser de 1ª Qualidade;

11.14- Arcar com todas as despesas referentes à mão de obra, transportes, equipamentos auxiliares, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie e demais despesas diretas ou indiretas inerentes aos serviços e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução de entrega do objeto do instrumento contratual;

11.15- A contratada deverá fornecer, obrigatoriamente, telefone de contato, endereço eletrônico (e-mail) para comunicações extraoficiais e oficiais, inclusive para receber notificações.

12 - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1- Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

12.2- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3- O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13 - DA RESCISÃO CONTRATUAL



13.1- O Contrato/Ata celebrado será automaticamente rescindido pelo não cumprimento de qualquer de suas cláusulas. A parte que der causa ao rompimento, sem justo motivo, do contrato, indenizará a outra na quantia equivalente a 2% (dois por cento) do seu valor global independentemente do valor já pago a outra parte.

13.2- A Administração poderá ainda rescindir o contrato/ata, em caso de situações em que tome impossível a sua continuidade, tais como: a insuficiência de recursos financeiros;

13.3- Aplicam-se ainda os motivos de rescisão previstos nos art. 137, 138 e 139, Lei nº 14.133, de 2021;

13.4- A critério do Contratante caberá rescisão do Contrato, por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, conforme inciso I, art. 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.5- A rescisão poderá ocorrer consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, conforme inciso II, art. 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.6- Poderá ainda ser rescindido por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial, conforme inciso III, art. 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1- Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a contratada que:

14.1.1- Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.3- Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

14.1.4- Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

14.1.5- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação ou a execução do contrato;

14.1.6- Fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.7- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa de licitação;

14.1.9- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



14.2.1- Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2- Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

14.2.3- Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4- Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrava pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1- A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrava no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3- As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4- Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

14.4.1- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da dispensa de licitação;

14.4.3- demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6- As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da Município e cobrados judicialmente.



14.6.1- Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7- Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

14.8- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15 - DAS OMISSÕES

15.1- Os casos omissos no futuro serão decididos, conforme o caso, nos termos da legislação vigente aplicável à espécie, especialmente do Código Civil Brasileiro, da Lei nº 14.133, de 2021, as resoluções normativas do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios, bem assim as leis municipais.

16 - DO FORO

16.1- Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da interpretação e/ou aplicação do presente contrato, as partes, elegem o foro da Comarca de Iaciara/GO, renunciando outro por mais privilegiado que seja.

17 - DA ELABORAÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA

17.1- A elaboração do Termo de Referência, bem como estimativa de preços foi realizado pelo responsável que esta subscreve.

Iaciara, Estado de Goiás, aos 09 dias de março de 2026.

João Rodrigues Barbosa Neto
Secretário Municipal de Educação



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

DISPENSA DE VALOR Nº _____/2026

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

Objeto: Contratação de Empresa especializada para _____

PROPOSTA:

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND. | QTDE. | MARCA | VL.UNIT. | VL.TOT. |
|------|---------------|------|-------|-------|----------|---------|
| | | | | | | |

Valor Global da Proposta;

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Declaro estar ciente das condições da prestação dos serviços junto ao município;

Razão social:

Nº do CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

CPF do responsável:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

_____/GO, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Responsável
CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

PROCESSO N° _____
EDITAL N° _____

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob n° _____, neste ato representada por _____, brasileiro (a), portador(a) do RG n° _____ órgão expedidor/UF _____, CPF n° _____, residente e domiciliado(a) _____, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR que não possuímos em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, Art.68. Inciso VI da Lei nº 14.133/21.

Por ser verdade, firmo a presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Cidade/UF, DATA

RAZÃO SOCIAL
CNPJ:

Responsável pela empresa

CPF N°: _____



ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº ____/202__
MODALIDADE E Nº: ____ Nº ____/202__
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/202__

PARTES:

ÓRGÃO GERENCIADOR: _____

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

1. _____
2. _____

FORNECEDOR (ES) REGISTRADO (S):

1. _____
2. _____

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a contratação dos bens/serviços enunciados no processo de contratação modalidade ____ nº ____/202__, com autorização constante do Processo Administrativo nº ____/202__, homologado em ____/____/____, mediante o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente registro e preços tem por objeto: “_____”, conforme especificações e quantitativos contidos no termo de referência.

1.2. O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, não se obriga a adquirir os itens relacionados do licitante vencedor, nem nas quantidades descritas no edital, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens.

1.3. Os preços a serem pagos à Detentora serão os vigentes na data da contratação, independente da data da entrega dos materiais.

1.3.1. O preço a ser pago pela Administração pelos objetos compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto da ARP, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução, de modo que nenhum outro ônus seja devido à Detentora.

1.3.2. Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços referem-se aos seguintes itens:

1. Fornecedor: _____



| ESPECIFICAÇÃO | | | QUANTITATIVO TOTAL | PREÇO (R\$) | |
|---------------|-------|---------------------------|--------------------|-------------|-------|
| ITEM | MARCA | DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO | | UNITÁRIO | TOTAL |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

2.Fornecedor: _____

| ESPECIFICAÇÃO | | | QUANTITATIVO TOTAL | PREÇO (R\$) | |
|---------------|-------|---------------------------|--------------------|-------------|-------|
| ITEM | MARCA | DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO | | UNITÁRIO | TOTAL |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

2.1 - A Ata de Registro de Preços firmada em decorrência do presente procedimento licitatório, terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura que será logo após a homologação do certame, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período, conforme lei 14.133/2021.

2.2 - Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, observado a lei 14.133/2021.

2.3 - O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME monitorará os preços dos produtos/serviços, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

2.4 - O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

2.5 - Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.



2.6 - Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

2.7 - Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira.

2.8 - Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo (a) Prefeitura Municipal de Iaciara/Go para aquisição.

2.9 - Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Fundo Municipal de Educação - FME, poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito.

3.2 - Automaticamente, quando:

- a) Por decurso do prazo de vigência;
- b) Quando não restarem fornecedores registrados; ou
- c) Pela (o) Prefeitura Municipal de Iaciara/GO, quando caracterizado o interesse público.

3.3 - Pela Administração, quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021; ou
- e) as detentoras derem causa à rescisão administrativa de contrato/carta-contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

3.4 - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços:



a) A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas nas Sanções Administrativas, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

3.5 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita pessoalmente, por e-mail devidamente apontado nos autos do processo como meio de comunicação da fornecedora ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços.

3.6 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço das detentoras, a comunicação será feita por publicação de acordo com as leis que regem as licitações, considerando-se cancelado o preço registrado no dia subsequente à publicação.

3.7 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor relativas ao fornecimento do item.

3.8 - Caso a PREFEITURA MUNICIPAL DE IACIARA/GO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata, a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE ENTREGA

4.1 - Os objetos licitados deverão ser entregues, no prazo previsto em termo de referência, que fica vinculada a esta ata.

4.2 - O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, poderá recusar todos e quaisquer objetos em desacordo com a Autorização de Fornecimento e Termo de Referência, no que se refere à especificação do material com os apresentados na proposta comercial, ou se apresentarem defeitos, avarias decorrentes de fabricação, ou que tenham sofrido danos ou avarias no transporte ou descarga, que comprometam o seu uso regular e adequado observado no ato da recepção.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO:

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente e após a regular liquidação da despesa.

5.2 - Se o objeto não for entregue conforme especificações, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento.



5.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

5.4 - Nenhum pagamento será efetuado a proponente vencedora, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere o direito a alteração de preços ou compensação financeira por atraso.

5.5 - O FORNECEDOR tem a obrigação de manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES:

6.1 - DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AO FORNECEDOR OU CONTRATADA:

6.2 - A CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com PREFEITURA MUNICIPAL DE IACIARA/GO, na forma da lei 14.133/2021.

6.3 - Caso à contratada se recuse a assinar o contrato/ata ou retirar a nota de empenho ou não assinar o contrato/ata no prazo indicado, após devidamente notificada sem motivo justificado, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida;

6.4 - Ocorrendo a hipótese referida no subitem 6.3, PREFEITURA MUNICIPAL DE IACIARA/GO determinará a anulação da Nota de Empenho, ficando ainda a contratada assegurados o contraditório e ampla defesa, sujeita às seguintes sanções:

a) Aplicação de multa compensatória correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta; e

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE IACIARA/GO, no prazo de até 5 (cinco) anos;

6.5 - O valor da multa de que trata a alínea “a” do subitem anterior deverá ser recolhido pela contratada inadimplente dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação.



6.6 - Decorrido o prazo sem que haja recurso ou manifestação da adjudicatária, o CONTRATANTE, por intermédio da Autoridade Contratante, adotará as medidas cabíveis visando à cobrança por via judicial.

6.7 - DA MULTA COMPENSATÓRIA:

6.8 - A multa compensatória, subitem 6.4, alínea “a”, será aplicada à adjudicatária que, após devidamente notificada, não comparecer para proceder à assinatura do contrato/ata no prazo indicado, configurando o descumprimento total da obrigação assumida, conforme preconiza o art. 90 c/c art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021, independente das demais cominações legais cabíveis.

6.9 - A contratada não incorrerá em multa compensatória quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pelo órgão licitador em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável à culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado respeitado o limite legal.

6.10 - DAS ADVERTÊNCIAS:

6.11 - A advertência será efetuada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa moratória;
- b) Execução insatisfatória ou inexecução da aquisição/serviço, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;
- c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da ou para a CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

6.12 - MULTA MORATÓRIA:

6.13 - A multa moratória e multa por inexecução contratual, na forma e nos percentuais abaixo estabelecidos serão aplicadas quando a contratada deixar de cumprir ou descumprir de forma parcial ou total as obrigações inerentes ao objeto do contrato, como também as obrigações acessórias legais ou extralegis relacionadas no instrumento contratual, independente das demais cominações legais cumulativas.

6.14 - A multa moratória será cobrada pelo atraso injustificado na entrega do bem ou de quaisquer relatórios ou documentos a ele relacionados, solicitado pelo responsável pelo acompanhamento do contrato com prazo determinado para entrega, sem justificativa por escrito e aceito pelo preposto do órgão licitador, sujeitará a adjudicatária ou a contratada, conforme o caso, à multa de mora de 0,5% (meio por cento por dia de atraso) do valor da proposta ou da etapa a ser adimplida, até a data do efetivo cumprimento, observado o limite de 20% (vinte por cento) do valor da proposta ou do contrato



conforme o caso. Atingido tal limite, será considerada a inexecução total da obrigação assumida e/ou será rescindido unilateralmente o contrato/carta-contrato, conforme o caso.

6.15 - A multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contados da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

6.16 - **MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL:**

6.17 - A multa por inexecução parcial ou total do contrato será aplicada quando a contratada incorrer nas hipóteses previstas no instrumento convocatório em uma das situações a seguir indicadas, no percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da obrigação não cumprida:

6.18 - Deixar de cumprir integralmente a etapa de fornecimento no prazo avençado inclusive seus acessórios caracterizando o inadimplemento total da obrigação, com lesão ao interesse público, que enseje rescisão unilateral do contrato Multa: 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

6.19 - Cumprir parcialmente o objeto do fornecimento, caracterizando como fornecimento do bem de forma parcelada, que não esteja devidamente autorizado a fazê-la, ou seja, de sucessivas vezes para completar o contratado ou obrigação, de forma incompleta, isto é, não entregar o objeto contratado dentro do limite de quantidade estipulado; Multa: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato/ata.

6.20 - Fornecer o bem ou serviço em desacordo com os padrões exigidos pela Prefeitura de Iaciara/GO; Multa: 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

6.21 - Se, a partir do 2º (segundo) dia útil, após devidamente notificada, não corrigir ou sanar, os defeitos ou incorreções constatadas em qualquer fase de execução do contrato relativo ao bem fornecido, bem como não realizar a substituição dos equipamentos fornecidos em desacordo com o contratado. Multa: 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/carta-contrato.

6.22 - A aplicação da multa por inexecução contratual independe da multa moratória eventualmente já aplicada ou em fase de aplicação, podendo ser aplicada cumulativamente.

6.23 - **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNIPIO DE IACIARA/GO.**

6.24 - O impedimento de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE IACIARA/GO, independente das demais cominações legais cumulativas podem ser aplicadas ao licitante ou ao contratado que, de forma dolosa ou culposa prejudicar o andamento ou execução do certame licitatório, e especialmente:

6.25 - Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

6.26 - Cometer quaisquer irregularidades que acarretem ou possam acarretar prejuízos ao órgão licitador;



6.27 - Tiver sofrido, até a data da licitação, condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal ou trabalhista ou previdenciária no recolhimento de quaisquer tributos incluindo-se as contribuições sociais;

6.28 - Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

6.29 - Demonstrar, na época da licitação, não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão licitador em virtude de atos ilícitos praticados;

6.30 - Praticar ação com improbidade e premeditada em prejuízo do órgão licitador ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

6.31 - Apresentar ao órgão licitador, quando da licitação, documento falso ou falsificado, no todo ou em parte:

6.32 - PRAZO DE IMPEDIMENTO: até 3 (três) anos.

6.33 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.34 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pelo Agente de Contratação, pela Divisão de Licitações, Contratos e Convênios ou por servidor ou fiscal devidamente designado para fiscalizar o contrato/ata, conforme a situação, a Autoridade competente da CONTRATANTE, visando à aplicação da sanção à licitante ou a contratada, pelas seguintes situações e prazo:

6.35 - Condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

6.36 - Prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

6.37 - Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão licitador, em virtude de atos ilícitos praticados;

6.38 - Praticar ação com improbidade ou ações premeditadas que evidenciem interesses escusos ou má fé em prejuízo do órgão licitador;

6.39 - Apresentar na licitação qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, na licitação ou durante a execução do contrato;

6.40 - Se recusar a assinar o contrato quando devidamente convocado caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida.

6.41 - PRAZO DE DECLARAÇÃO: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.42 - DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:



6.42.1 - As sanções serão aplicadas pela Autoridade Contratante com exceção da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública.

6.43 - Dos atos praticados pela Autoridade Contratante, caberá recurso à Autoridade Superior o prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação do ato o qual deverá ser interposto perante a autoridade recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informando, para apreciação e decisão da autoridade superior.

6.44 - A declaração de inidoneidade será proposta ao Prefeito mediante parecer fundamentado, a quem caberá decidir e aplicar a sanção.

6.45 - A aplicação das sanções será efetuada mediante autuação em processo administrativo instaurado para esta finalidade, aberto mediante requerimento devidamente fundamentado apresentado pelo Pregoeiro ou pela Divisão de Licitações Contratos e Convênios ou por servidor ou fiscal devidamente designado para fiscalizar o contrato, conforme a situação, observado o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021;

6.46 - Após instauração do processo administrativo, será comunicado ao preposto da empresa contratada a situação que gerou a ocorrência e a intenção de aplicação da penalidade abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para oferecimento de defesa prévia.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1- Integram esta Ata, o TERMO DE REFERÊNCIA, da contratação modalidade REGISTRO DE PREÇO - _____ nº ___/202_, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS e seus Anexos, a Proposta da (s) Empresa (s), FORNECEDORES classificada (s) no certame supra numerado.

7.2- Fica eleito o Foro de _____ - GO para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

IACIARA/GO, __ de _____ de 20__.

CONTRATANTE
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
CNPJ sob o nº 29.262.377/0001-09
JOÃO RODRIGUES BARBOSA NETO
CPF nº 247.133.681-72



CONTRATADO
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
SÓCIO
CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX